



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa



PROJETO DE LEI Nº 611/96

AO EXPEDIENTE DO DIA
27 de 11 de 1996
26 de 11 de 1996
Presidente

Reconhece de utilidade pública o
"Clube de Mães Maria Barros" e dá
outras providências.

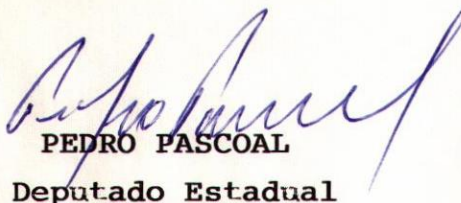
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Fica reconhecido de utilidade pública o "Clube de Mães Maria Barros", com sede e foro na cidade de Juazeirinho, neste Estado.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, João Pessoa, em 21 de novembro de 1996.


PEDRO PASCOAL
Deputado Estadual

IFICATIVA: (ORAL)

Ata da Fundação do Clube de Mães do
de Fuzquinho do Estado do Paraná.



Os três dias do mês de julho do ano de 1964, no salão de reuniões do Colégio Municipal Suenno Marinho, nesta cidade de Fuzquinho, reuniram-se as senhoras mães e demais pessoas da cidade de Fuzquinho, Iezinha Rosa de Oliveira, Maria Francisca de Almeida da Silva, Iezinha de Jesus Soares, Luciana Maria Gomes, Inacio Francisco de Lima, Maria Alice Aquino Medeiros, Jose de Leonides Oliveira Filipe, Maria Elizabeth Lisfina Paschoal, Adilma de Leonides Reis, Emília Nery de Andrade, Maria Lúcia Silva, Maria Madalena Silva, Adesi Ezequiel Souza, Maria Auxiliadora Graciano Pereira, Maria José de Oliveira Graciano, José dos Prazeres Lima Araújo, Maria Elvira Soares Souza, Eliete Maria Clementino, Maria Norma Rome, Maria Amélia Rome de Vasconcelos, Leonete Gomes Araújo, Leonete de Souza do Nascimento, Francisca Colaco da Silva, Sonia Maria Ramos Ramos Rangel, Anterisio Maria Ramos, por aclamação assumiram a direção dos trabalhos a doutora Maria Elizabeth Lisfina Paschoal, passando a dispor o plano e finalidade de um Clube de Mães, que visa a trabalhar no desenvolvimento social, econômico e educacional das famílias da cidade de Fuzquinho, quando assistirem as mães solteiras, como sejam roupas, agasalhos, alimentos, desenvolvimento também um trabalho paralelo de artesanato, costura, crochê, costura, dactilografia e outras atividades semelhantes ao trabalho assistencial. Propondo os trabalhos a Sra. Paschoal mostrou que um Clube de Mães poderá trazer muitos benefícios a população da cidade de Fuzquinho, desde que seja bem organizado e estruturado com os seus documentos registrados em cartório, para que possa firmar convênios

OB
ASSEMBLEIA
Plebiscito
da Paraíba
1964

a reunião e Senhora Presidente ler os estatutos, artigos par
artigo, sendo colocado em votação, tendo os membros
do apurado por unanimidade, e transcrito neste ata
tudo do Clube de Mães. Capítulo I. Denominação, Sede e Área de
Atas. Artigo 1º. O "Clube de Mães" é uma sociedade civil, de
direito privado, sem fins lucrativos, de caráter social, fun
do de e tipo de filhos de uma mãe inocentes e atenta e
rito. Artigo 2º. O prazo de duração do "Clube de Mães" é inde
terminado. Artigo 3º. A Sede do "Clube de Mães" será na cidade
de Juazeiro. Artigo 4º. A área de atuação do "Clube de Mães", ter
área e cidade de Juazeiro. Artigo 5º. O "Clube de Mães", de
podrá firmar convênio com a Prefeitura e outros órgãos
estaduais, Federais e demais grupos de comunidade, bem
segundo entendimento com a sua autonomia. Capítulo II. Das Finali
dades. Artigo 6º. O "Clube de Mães" tem por finalidade, tra
balhar pelo desenvolvimento moral, social, e econômico, poli
tico e educacional das famílias de cidade de Juazeiro
atruais de realizações promissionais. Artigo 7º. O "Clube de Mães"
procurará manter intercâmbio com outras instituições e pessoas
diversas, afim de melhor realizar suas finalidades. Capítulo III
da Estrutura. Artigo 8º. O "Clube de Mães", será constituído de
membros de composição idonidade moral, residente na cidade
de Juazeiro. Capítulo IV. Da Administração. Artigo 9º. A Administração
do "Clube de Mães", será feita por Diretoria, democraticamente
eleita e composta dos seguintes membros: Presidente, Vice-Pre
sidente, Secretário, Vice-Secretário, Tesoureiro, Vice-Tesoureiro. Artigo
10º. Compete à Diretoria, reunir-se mensalmente, para deliberar
sobre o clube ou planejar e avaliar as atividades do mesmo.
Artigo 11º. Compete ao Presidente: Presidir as reuniões, Representar o
Clube quando necessário. Supervisionar e orientar as atividades
sociais. Visar os documentos de despesa. Indicar e nomear
do clube. Artigo 12º. Compete ao Secretário - Manter em ordem
escritório do clube, como: atos, ofícios, memorandos, consultas, etc.
Artigo 13º. Compete ao Tesoureiro. Responsabilidade pelas finanças

Maio
2

monitórios do Clube; Pagamentos e mensalidades, empréstimos, juros, doações, etc. Prestes contra mensalidade, extras de despesa controladas. Artigo 14º. Compete ao Vice-Presidente, Vice-Secretário e Vice-Tesoureiro substituir ao Presidente, Secretário e Tesoureiro respectivamente quando necessário. Artigo 15º. O "Clube de Mães", poderá se reunir em sessão ordinária ou extraordinária. Capítulo II Do Funcionamento. Artigo 16º. O "Clube de Mães", se reunirá semanalmente ou quinzenalmente para tratar de assuntos de interesse, palestras, em atividades diversas. Artigo 17º. O "Clube de Mães" deverá orientar seu plano de acordo com o planejamento geral e em atividades relacionadas com sua família. Artigo 18º. Anualmente o "Clube de Mães", reunirá-se em Assembleia Geral Extraordinária, na última semana de novembro, deliberando o seguinte: 1º) Julgar os atos do Conselho de Administração. 2º) Eleger novo Conselho. Artigo 19º. A eleição do Conselho, deverá ser em reunião aberta devendo as chapas serem apresentadas oito dias antes da eleição. Capítulo III Dos Direitos e Deveres dos Sócios. Artigo 20º. Os sócios terão o direito de votar no Clube de Mães, e poderão exercer o seguinte: 1º) Votar e ser votado. Artigo 21º. Os sócios de cada seção, deverão ser efetivamente comprovados a identidade moral. Artigo 22º. Os sócios, conscientes de sua responsabilidade, comprometem-se a: 1º) Prestar calhazias às famílias da comunidade. 2º) Cooperar com as atividades do Clube. 3º) Continuar mensalmente com a importância estipulada. 4º) Ter boa conduta. 5º) Frequentar com assiduidade, pontualidade as reuniões. 6º) Votar e Ser Votado. Artigo 23º. O sócio que não cumprir com suas obrigações sociais, assim como não votar as eleições do Conselho, será passível de punição de acordo com o regulamento do

Artigo 25º. Os sócios não responderão pelas obrigações contraídas pelo Clube. Artigo 26º. O Clube de Madalena só poderá ser dissolvido por deliberação da Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim, comprovando a impossibilidade de cumprimento de seus atos em aliteras. Artigo 27º. No caso de dissolução, o patrimônio do Clube, será revertido em benefício da Paróquia. Artigo 28º. Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral dos Sócios. O Presidente da reunião solicitou das pessoas presentes que fizessem escolha do nome do "Clube", distribuindo cédulas em branco onde cada participante colocaria sua sugestão, escolhida as cédulas, foi verificada pela grande maioria o nome de Senhora Maria. Foram mais conhecida como Maria Grande, que sempre frequentou afeção as mães carentes da cidade e que havia falecido há poucos dias. Sendo seguidas e reunidas a Presidente distribuiu as cédulas para votação de Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Vice-Secretário, Tesoureiro, Vice-Tesoureiro, em seguida e apuração unificou-se o seguinte resultado: Para o cargo de Presidente a Senhora Maria Elizabeth Bispo Paschoal, com 23 votos, para Vice-Presidente a Senhora Terezinha Rosa de Oliveira com 8 votos, para Secretário a Senhora Madalena de Sousa Silva com 12 votos, para o cargo de Vice-Secretário Rosa de Leonides Oliveira Felipe, com 10 votos, Tesoureiro Francisco Carlos de Silva com 10 votos, e para o cargo de Vice-Tesoureiro a Senhora Emília Nery de Andrade com 10 votos. Elita e impossibilidade logo em seguida a diretoria que ficou assim constituída: Presidente Maria Elizabeth Bispo Paschoal, Vice-Presidente Terezinha Rosa de Oliveira, Secretário Maria Madalena de Sousa Silva, Vice-Secretário Rosa de Leonides Oliveira Felipe, Tesoureiro Francisco Carlos de Silva, Vice-Tesoureiro Emília Nery de Andrade. O Presidente da reunião usou as palavras agradecendo a confiança depositada em nome da diretoria, facultando o parlamento para quem dele quisesse fazer uso, como



Mace
3

ninguém se pronunciou, deu por encerrada a presente sessão,
autorizando para que se lavrasse o ato que vai por mim
assinado e demais assuntos Maria Madalena da Silva.

Maria Elizabeth Luperi Paschoal

Maria Francinete Ozerebo da Silva

Elite Farias Clementino

Rosa de Lourdes Oliveira Felipe

Maria José de Oliveira Gomes Muroca

Terça de Jesus Trajano Soares

João Maria Barro Barro Barro

Adelina de Lourdes Costa Passis

Emília Vuy de Andrade

Maria Barma Ribeiro Roma

Maria dos Prazeres de Lima Araújo

Francelina Colaco da Silva

Lucas de Farias Gomes

Antemisia Farias Barros

Terceirinha Rosa de Oliveira

Maria Alice Adilino Medeiros

Maria Tomália Roma de Vasconcelos

Lucinete Gomes Barros

Lindaci Souza do Nascimento

Maria Auxiliadora Gomes Ferreira

Maria do Carmo Silva de Moraes

Maria do Carmo Barros Roma

Maria da Conceição Roma de Andrade

Maria da Luz Batista de Medeiros

ESTADO DA ALTA ASSIMILABILIDADE GERAL EXTERNO, não realizada no dia 09-02-1989, às 08-00 horas, no
SETORE 1 - CEMIDECOR: Através de editais publicados no D.O. Oficial nos dias 29-01-02, 02-02-89 e
 03-02-89, a União nos dias 28/29-01-02 e 02-02-1989, **GRUPO 1**: Acolheu-se representando a totalidade do
 capital social com direito a voto, **MSA**: Eufácio Soares Presidente, Nêrta Benedita Simões Secretária
 e **REINDESA**: **REINDESA**: (todas unânimes) - "Ajuste do capital social e do limite de autorização ao **REINDESA**
 ZADU MOYON", emitindo-se 10.412 ações, do valor nominal de C\$ 1,00 cada uma, integralizadas com re-
 serve de capital, no valor total de C\$ 10.412,00, sendo 4.393 ordinárias e 6.019 preferenciais, até
 buldas a cada acionista a título de bonificação extraordinária de ajuste monetário. 2. Grupoamento das
 ações em lotes de 1.000 ações, cancelando-se todas as ações emitidas e emitindo-se novas ações
 substituídas na proporção de uma nova ação, do valor nominal de C\$ 1,00 cada uma, por cada lote de
 1.000 ações antigas, contratuando-se os estatutos do capital social, no valor nominal de C\$ 1.000,00
 e **ARTIGO 29-02 Capital Social**: de C\$ 13.305,00, dividido em 135.405 ações, todas nominativas, do valor
 nominal de C\$ 1,00 cada uma, sendo 48.026 ordinárias e 105.379 preferenciais. **PALACIO DO BOM FIM** e
 citando o aumento do capital social, indistintamente de 105.379 preferenciais, até o limite de C\$ 5.000.000,00
 e **ARTIGO 29-02 Capital Social**: de C\$ 13.305,00, dividido em 135.405 ações, todas nominativas, do valor
 nominal de C\$ 1,00 cada uma, sendo 48.026 ordinárias e 105.379 preferenciais. **PALACIO DO BOM FIM** e
 citando o aumento do capital social, indistintamente de 105.379 preferenciais, até o limite de C\$ 5.000.000,00
 e **ARTIGO 29-02 Capital Social**: de C\$ 13.305,00, dividido em 135.405 ações, todas nominativas, do valor
 nominal de C\$ 1,00 cada uma, sendo 48.026 ordinárias e 105.379 preferenciais. **PALACIO DO BOM FIM** e
 citando o aumento do capital social, indistintamente de 105.379 preferenciais, até o limite de C\$ 5.000.000,00
 e **ARTIGO 29-02 Capital Social**: de C\$ 13.305,00, dividido em 135.405 ações, todas nominativas, do valor
 nominal de C\$ 1,00 cada uma, sendo 48.026 ordinárias e 105.379 preferenciais. **PALACIO DO BOM FIM** e
 citando o aumento do capital social, indistintamente de 105.379 preferenciais, até o limite de C\$ 5.000.000,00
 e **ARTIGO 29-02 Capital Social**: de C\$ 13.305,00, dividido em 135.405 ações, todas nominativas, do valor
 nominal de C\$ 1,00 cada uma, sendo 48.026 ordinárias e 105.379 preferenciais. **PALACIO DO BOM FIM** e
 citando o aumento do capital social, indistintamente de 105.379 preferenciais, até o limite de C\$ 5.000.000,00
 e **ARTIGO 29-02 Capital Social**: de C\$ 13.305,00, dividido em 135.405 ações, todas nominativas, do valor
 nominal de C\$ 1,00 cada uma, sendo 48.026 ordinárias e 105.379 preferenciais. **PALACIO DO BOM FIM** e
 citando o aumento do capital social, indistintamente de 105.379 preferenciais, até o limite de C\$ 5.000.000,00
 e **ARTIGO 29-02 Capital Social**: de C\$ 13.305,00, dividido em 135.405 ações, todas nominativas, do valor
 nominal de C\$ 1,00 cada uma, sendo 48.026 ordinárias e 105.379 preferenciais. **PALACIO DO BOM FIM** e
 citando o aumento do capital social, indistintamente de 105.379 preferenciais, até o limite de C\$ 5.000.000,00
 e **ARTIGO 29-02 Capital Social**: de C\$ 13.305,00, dividido em 135.405 ações, todas nominativas, do valor
 nominal de C\$ 1,00 cada uma, sendo 48.026 ordinárias e 105.379 preferenciais. **PALACIO DO BOM FIM** e
 citando o aumento do capital social, indistintamente de 105.379 preferenciais, até o limite de C\$ 5.000.000,00
 e **ARTIGO 29-02 Capital Social**: de C\$ 13.305,00, dividido em 135.405 ações, todas nominativas, do valor
 nominal de C\$ 1,00 cada uma, sendo 48.026 ordinárias e 105.379 preferenciais. **PALACIO DO BOM FIM** e
 citando o aumento do capital social, indistintamente de 105.379 preferenciais, até o limite de C\$ 5.000.000,00
 e **ARTIGO 29-02 Capital Social**: de C\$ 13.305,00, dividido em 135.405 ações, todas nominativas, do valor
 nominal de C\$ 1,00 cada uma, sendo 48.026 ordinárias e 105.379 preferenciais. **PALACIO DO BOM FIM** e
 citando o aumento do capital social, indistintamente de 105.379 preferenciais, até o limite de C\$ 5.000.000,00
 e **ARTIGO 29-02 Capital Social**: de C\$ 13.305,00, dividido em 135.405 ações, todas nominativas, do valor
 nominal de C\$ 1,00 cada uma, sendo 48.026 ordinárias e 105.379 preferenciais. **PALACIO DO BOM FIM** e
 citando o aumento do capital social, indistintamente de 105.379 preferenciais, até o limite de C\$ 5.000.000,00
 e **ARTIGO 29-02 Capital Social**: de C\$ 13.305,00, dividido em 135.405 ações, todas nominativas, do valor
 nominal de C\$ 1,00 cada uma, sendo 48.026 ordinárias e 105.379 preferenciais. **PALACIO DO BOM FIM** e
 citando o aumento do capital social, indistintamente de 105.379 preferenciais, até o limite de C\$ 5.000.000,00
 e **ARTIGO 29-02 Capital Social**: de C\$ 13.305,00, dividido em 135.405 ações, todas nominativas, do valor
 nominal de C\$ 1,00 cada uma, sendo 48.026 ordinárias e 105.379 preferenciais. **PALACIO DO BOM FIM** e
 citando o aumento do capital social, indistintamente de 105.379 preferenciais, até o limite de C\$ 5.000.000,00
 e **ARTIGO 29-02 Capital Social**: de C\$ 13.305,00, dividido em 135.405 ações, todas nominativas, do valor
 nominal de C\$ 1,00 cada uma, sendo 48.026 ordinárias e 105.379 preferenciais. **PALACIO DO BOM FIM** e
 citando o aumento do capital social, indistintamente de 105.379 preferenciais, até o limite de C\$ 5.000.000,00
 e **ARTIGO 29-02 Capital Social**: de C\$ 13.305,00, dividido em 135.405 ações, todas nominativas, do valor
 nominal de C\$ 1,00 cada uma, sendo 48.026 ordinárias e 105.379 preferenciais. **PALACIO DO BOM FIM** e
 citando o aumento do capital social, indistintamente de 105.379 preferenciais, até o limite de C\$ 5.000.000,00
 e **ARTIGO 29-02 Capital Social**: de C\$ 13.305,00, dividido em 135.405 ações, todas nominativas, do valor
 nominal de C\$ 1,00 cada uma, sendo 48.026 ordinárias e 105.379 preferenciais. **PALACIO DO BOM FIM** e
 citando o aumento do capital social, indistintamente de 105.379 preferenciais, até o limite de C\$ 5.000.000,00
 e **ARTIGO 29-02 Capital Social**: de C\$ 13.305,00, dividido em 135.405 ações, todas nominativas, do valor
 nominal de C\$ 1,00 cada uma, sendo 48.026 ordinárias e 105.379 preferenciais. **PALACIO DO BOM FIM** e
 citando o aumento do capital social, indistintamente de 105.379 preferenciais, até o limite de C\$ 5.000.000,00
 e **ARTIGO 29-02 Capital Social**: de C\$ 13.305,00, dividido em 135.405 ações, todas nominativas, do valor
 nominal de C\$ 1,00 cada uma, sendo 48.026 ordinárias e 105.379 preferenciais. **PALACIO DO BOM FIM** e
 citando o aumento do capital social, indistintamente de 105.379 preferenciais, até o limite de C\$ 5.000.000,00
 e **ARTIGO 29-02 Capital Social**: de C\$ 13.305,00, dividido em 135.405 ações, todas nominativas, do valor
 nominal de C\$ 1,00 cada uma, sendo 48.026 ordinárias e 105.379 preferenciais. **PALACIO DO BOM FIM** e
 citando o aumento do capital social, indistintamente de 105.379 preferenciais, até o limite de C\$ 5.000.000,00
 e **ARTIGO 29-02 Capital Social**: de C\$ 13.305,00, dividido em 135.405 ações, todas nominativas, do valor
 nominal de C\$ 1,00 cada uma, sendo 48.026 ordinárias e 105.379 preferenciais. **PALACIO DO BOM FIM** e
 citando o aumento do capital social, indistintamente de 105.379 preferenciais, até o limite de C\$ 5.000.000,00
 e **ARTIGO 29-02 Capital Social**: de C\$ 13.305,00, dividido em 135.405 ações, todas nominativas, do valor
 nominal de C\$ 1,00 cada uma, sendo 48.026 ordinárias e 105.379 preferenciais. **PALACIO DO BOM FIM** e
 citando o aumento do capital social, indistintamente de 105.379 preferenciais, até o limite de C\$ 5.000.000,00
 e **ARTIGO 29-02 Capital Social**: de C\$ 13.305,00, dividido em 135.405 ações, todas nominativas, do valor
 nominal de C\$ 1,00 cada uma, sendo 48.026 ordinárias e 105.379 preferenciais. **PALACIO DO BOM FIM** e
 citando o aumento do capital social, indistintamente de 105.379 preferenciais, até o limite de C\$ 5.000.000,00
 e **ARTIGO 29-02 Capital Social**: de C\$ 13.305,00, dividido em 135.405 ações, todas nominativas, do valor
 nominal de C\$ 1,00 cada uma, sendo 48.026 ordinárias e 105.379 preferenciais. **PALACIO DO BOM FIM** e
 citando o aumento do capital social, indistintamente de 105.379 preferenciais, até o limite de C\$ 5.000.000,00
 e **ARTIGO 29-02 Capital Social**: de C\$ 13.305,00, dividido em 135.405 ações, todas nominativas, do valor

João Pessoa-PB, 01 de Março de 1961
EDISIO SOUTO - Presidente.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS REFRIGERANTES DA FERRA MOLHADA. Sede e foro na cidade de João Pessoa-PB. É uma sociedade civil sem fins lucrativos, duração indeterminada. Direito Privado. Objetivos: promover a união e coordenar a participação das pessoas no trabalho da melhoria da comunidade, acionamento constituido de doações e legados. As sociedades não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais. Fundada em 03 de junho de 1957. Presidente José Severo Neto; Vice-Presidente Manuel Cassiano da Silva; 1º Secretário Leasi Genice; 2º Secretário Maria Benedito dos Santos; 3º Tesoureiro Maria José da Silva Severo; 2º Tesoureiro José Severino Neto.

ESTATUTO DO NÚCLEO COMUNITÁRIO DA MULHER CARENTE DE JURUÁ - Sede e foro na Comunidade das Princesas Isabel-DB. É uma sociedade civil sem fins lucrativos, duração indeterminada. Objetivos sociais promover o desenvolvimento em todos os setores da comunidade dentro das suas limitações. Patrimônio constituído de doações e legados. Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais. Fundada em 22 de janeiro de 1989. Presidente Nalva Teófilo da Rocha; Vice-Presidente Rita Pires; Tesoureiro, a Secretária Josefa Silvério da Silva; 2ª Secretária Edilza Maria Ramos; 3ª Secretária Alcides Zeferino de Araújo; 2ª Tesoureira Divanilda T. Alves.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO PEQUENO AGRICULTOR DE JURUÁ.—Sede e foro no município de Juruá, Comarca de Princesa Izabel-PA. É uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, duração indeterminada. Objetivos sociais, promover o desenvolvimento da comunidade através da realização de obras e ações. Patrimônio constituído de doações e legados. Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela Associação. Fundada em 15 de janeiro de 1989, Presidente Odon Teixeira da Rocha Neto, Secretário Miguel Ferreira Nunes, Tesoureiro João Dalton T. da Rocha.

RESUMO DA SAÚDE COMUNITÁRIA GENEICENTRADA DE CAMPOGR - Sede e foro em CampoGR-SP. É uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, duração indeterminada. Objetivos sociais trabalhar pela melhoria e união dos seus associados. Patrimônio constituído de doações e legados. Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais. Fundada em 18 de julho de 1988. Presidente: Maria Isabel Rodrigues Gomes; Vice-Presidente: José Maria Rodrigues da Silva; 1º Secretário: Eduardo Gomes de Sousa; 2º Secretário: Luiz Apolinário da Cruz; Tesoureiro: Severina Helena Gomes Ferreira; Vice-Tesoureira: Enzo Alta do Lima.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DE ALAGUINHA - Sede e Foro em Itapongas-Pb. É uma sociedade civil sem fins lucrativos, duração indeterminada, direito privado, objetivo social, defender e desenvolver, etc., os interesses dos moradores. Serão associados todos que residam na comunidade Alaginha. Patrimônio constituído de doações e legados. Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais. Fundada em 06 de abril de 1986. Presidente Maria Carmelita da Silva Mariano; Vice-Presidente Nairde Raimundo dos Santos; 1ª Secretária Neuzi Izabel Pereira da Silva; 2ª Secretária Nairde Pereira da Silva; 1ª Tesoureira Maria de Lourdes Ricarte da Silva; 2ª Tesoureira Josefa Pereira Barbosa Silva.

ESTATUTO DO GRUPO DE MÃES (ANA MADEIRO): A COMUNIDADE CANTINHO, MUNICÍPIO DE ITAPERANA-PB. Sede e Foro em um dos logradouros do Art. 1º do Estatuto. É uma sociedade civil sem fins lucrativos, duração indeterminada, direito privado. Objetivo social defender e desenvolver os interesses dos moradores, serão associadas todas as mães que residam na comunidade Cantinho. Patrimônio constituído de doações e legados. As sociais não respondam subsidiariamente pelas obrigações sociais. Fundada em 17 de junho de 1986. Presidente Alaide Rodrigues da Silva Oliveira; Vice-Presidente Maria José Lira dos Santos; 1ª Secretária Maria do Socorro Dantas; 2ª Secretária Maria VICENTE dos Santos; 1ª Tesoureira Maria Carmeiro de Azevedo; 2ª Tesoureira Alzenira Araújo Neves.

ESTATUTO DO CASTELHO COMUNITÁRIO DAS ASSOCIAÇÕES DAS ENTIDADES COMUNITARIAS DO JARDIM GUAYABA. Sede e foro na cidade de João Pessoa-PB. É uma Sociedade civil sem fins lucrativos, duração indeterminada, direito privado. Objetivos personificar a coletividade dos moradores da localidade, favorecendo a defesa de seus interesses e administrar os bens ou recursos que pertencem a coletividade como um todo. Patrimônio constituído por doações, legados, contribuições e auxílio de pessoas físicas e jurídicas, bens móveis e imóveis, adquiridos e, ou recebidos em doações. Os associados não respondem pelos compromissos sociais. Fundada em 02 de outubro de 1983. Presidente Ronaldo Batista de Oliveira; Vice Presidente Terceira Nêuma da Cunha; 1º Secretário Maria Nazare Ribeiro Dantas; 2º Secretário Maria Aparecida Diniz; 3º Tesoureiro Severino de Araújo Faustino; 4º Tesoureiro Maria Silva dos Santos.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE AMIGOS DO RANGEL Sede e foro na Capital do Estado. É uma Sociedade civil sem fins lucrativos, com mandato de 04 (quatro) anos com finalidade de promover a unidade da comunidade, levantando discursos dos Problemas solucioná-los, como principal a solidariedade, promoção humana, justiça Social, sem caráter político-partidário, nem religioso, funcionando com participação espontânea dos moradores, número ilimitado de sócios sendo obrigado a ser maior de 18 (dezoito) anos. Órgãos da Associação: Assembleia geral, Diretoria Executiva do Conselho Fiscal. A Assembleia Geral e soberana e o Presidente representa a entidade em juízo e fora dele. Fundada em 01 de maio de 1985. Presidente José Marcos Silva Rêdrigues; Vice Presidente Paulo de Tarso Correia Dias de Araújo; 1ª Secretário João Ferreira Carneiro; 2ª Secretário Zenith Trajano Dantas; 3ª Tesoureiro Avelino José Uniz de Andrade; 2ª Tesoureiro Carlos Antônio Cavalcanti dos Santos.

ESTAIURO DO CUBE DE MÃES MARIA BARRIOS - Cada e foro em Juazeirinho-Pb. É uma sociedade civil sem fins lucrativos, duração indeterminada, direito privado. Objetivo social, trabalhar pelo desenvolvimento moral, econômico, religioso e educacional das famílias da cidade de Juazeirinho. É constituído de senhores de comprovada idoneidade moral. Patrimônio constituído de doações e legados. Os socios nao respondem subsidiariamente pelas obrigações contraiadas pelo Clube. Fundado em julho de 1983. Presidente Maria Elizabeth Crispian Paschoal; Secretária Maria Madalena da Silva.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

COORDENAÇÃO GERAL
DO SISTEMA DE ARRECADAÇÃO

CGC

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

24.106.114/0001-89

ATIV. PRINCIPAL

61.11

VÁLIDO ATÉ

30/06/97

NATUREZA JURÍDICA

16 - ASSOCIAÇÃO

CPF DO RESPONSÁVEL

139456964-53

ÓRGÃO DA SRF

0430101 - CAMPINA GRANDE

FIRMA OU RAZÃO SOCIAL/DENOMINAÇÃO COMERCIAL

CLUBE DE MAES MARIA BARROS

NOME FANTASIA

LOGRADOURO

PCA JOAO PESSOA

NÚMERO

S/N

COMPLEMENTO

CEP

58660-000

BAIRRO/DISTRITO

CENTRO

MUNICÍPIO

JUAZEIRINHO

UF

PB

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
COMPROVA A INSCRIÇÃO DO ESTABELECIMENTO NO CADASTRO GERAL DE CONTRIBUÍNTES
Apresentação obrigatória quando o número de inscrição for informado, ainda que por aposição do carimbo padronizado do CGC

M950571

CASO NÃO SEJA ENCONTRADO O DESTINATÁRIO,
DEVOLVER AO ÓRGÃO LOCAL DA SRF 2

☐

MUDOU-SE

☐

RECUSADO

☐

DESTINATÁRIO
DESCONHECIDO

☐

NÃO EXISTE
O NÚMERO

☐

AUSENTE

☐

ENDEREÇO
INSUFICIENTE

☐

REINTEGRADO AO
SERVIÇO POSTAL

☐

DATA

VISTO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

COORDENAÇÃO GERAL
DO SISTEMA DE ARRECADAÇÃO

CLUBE DE MAES MARIA BARROS

PCA JOAO PESSOA S/N

CENTRO

CEP: 58660-000, JUAZEIRINHO

PB



M. 07897
F. 28239



085628



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

COORDENAÇÃO GERAL
DO SISTEMA DE ARRECADAÇÃO

CGC

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

24.106.114/0001-89

ATIV. PRINCIPAL

61.11

VÁLIDO ATÉ

30/06/97

NATUREZA JURÍDICA

16 - ASSOCIAÇÃO

CPF DO RESPONSÁVEL

139456964-53

ÓRGÃO DA SRF

0430101 - CAMPINA GRANDE

FIRMA OU RAZÃO SOCIAL/DENOMINAÇÃO COMERCIAL

CLUBE DE MAES MARIA BARROS

NOME FANTASIA

LOGRADOURO

PCA JOAO PESSOA

NÚMERO

S/N

COMPLEMENTO

CEP

58660-000

BAIRRO/DISTRITO

CENTRO

MUNICÍPIO

JUAZEIRINHO

UF

PB

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
COMPROVA A INSCRIÇÃO DO ESTABELECIMENTO NO CADASTRO GERAL DE CONTRIBUÍNTES
Apresentação obrigatória quando o número de inscrição for informado, ainda que por aposição do carimbo padronizado do CGC

97
Oito - da reunião para eleição do novo director do
Clube de Mães Maria Baines, aos vinte e sete dias do
mês de março de mil novecentos e noventa e seis, os seguintes
lopes reuniram-se no salão do Clube de Mães em sessão
Ha Maria Elizabeth Corrêa Poshoul, Terquinha Rosa de Oliveira,
Rosa de Lourdes Oliveira Filipe, Maria de Sílvia Medeiros,
Emília Nery de Andrade, Maria dos Anjos Araújo, Maria
do Carmo, Geraldine Nery, Maria José Furtos Baines e, depois de
votado, sob a presidência da Sra Maria Elizabeth Corrêa Poshoul, que fa-
lou as palavras de despedida da reunião, para entrega de
cargos, da presidência foi ocupada pela mesma e de tesouraria
ocupada pela Sra Emília Nery de Andrade, os quais pater-
nam disputar cargos nas próximas eleições municipais, e tendo
em vista que a Lei Eleitoral vigente determina que o prazo de
desempenho eleitoral se expira no primeiro dia dois de abril.
A Sra presidente falou do trabalho desenvolvido ao longo do
seu período, que ficou a frente da associação, solicitou dos pre-
sentes assinar empenho nos novos estatutos. Usou da palavra a Sra
Terquinha Rosa de Oliveira se prontificando para trabalhar com
mais afinação, que estava a despojar da associação ormai nos seus
e o cargo da presidência, os demais presentes se manifestaram
no sentido de colaborarem com mais participações e afinação, ficou
decretado a seguinte resolução: que a Nova Diretoria para a
Presidência a Sra Rosa de Lourdes de Oliveira Filipe, Vice-Presidente
Terquinha Rosa de Oliveira, Tesoureira - Adilene de Lourdes Costa
Araújo, Vice-Tesoureira - Maria dos Anjos de L. Araújo, Secretária
Maria Sílvia B. Medeiros, em sessão ordinária. A Sra Presidente
Rosa de Lourdes de Oliveira Filipe agradeceu aos presentes e disse que
tudo faria para o melhoramento de nossa associação, como nada
mais houve e tratou de se retirar, que se lavaram a seguinte ata que
foi por mim assinada Maria da Luz Batista de Medeiros e demais
presentes. Geraldine Baines Oliveira Filipe

Terquinha Rosa de Oliveira

Adilene de Lourdes Costa Araújo



Mace
4x 16^{ta} das graças de Lima Araújo

Manoel Chagas da Silva

Benedicta da Silva da Costa

Maria Reme R. Reme

x Maria do Socorro de Oliveira Santo.

x Maria José Brito Barros

11

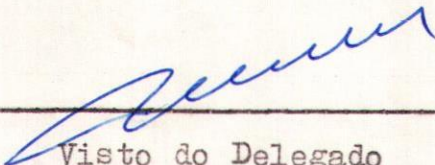
ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
2ª SUPERINTENDÊNCIA R. DE POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE POLÍCIA DE JUAZEIRINHO



D E C L A R A Ç Ã O

DECLARO, a pedido de parte interessada,
e para fins de direitos a EXISTÊNCIA jurídica da ASSOCIAÇÃO
CLUBE DE MÃES MARIA BARROS, com endereço à Praça João Pessoa
S/n- Centro nesta cidade de Juazeirinho-PB, inscrita no CGC
do Ministério da Fazenda sob o nº 24.160.114/0001-89, con-
forme inscrição da Secretaria da Receita Federal. A presen-
te declaração é a expressão da verdade, tudo de conformida-
de com documento aqui apresentado, pelo que dou fé. Eu,
Jose Etelmir B dos Santos, Escrivão de Polícia
Civil. o datilografei. Em, 07 de Novembro de 1996.

José Etelmir B. dos Santos
ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL
Mat. 135.785-9


Visto do Delegado

Bel. José Wallace de Souza
DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL
Mat. 145.816-7



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa

Casa de Epitácio Pessoa

Registrado no Livro de Plenário

às Fls. 600 No 611/96

EM, 26 / 11 / 96

[Signature]

Publicado no Diário do Poder

Legislativo do Dia 1 / 12 / 96

de 19

EM, 10 / 12 / 96

INDEBENTÁRIO

Remetido à Secretária Legislativa

Em _____ / _____ / _____

Diretor da Ass. ao Plenário

Designo como Relator
o Deputado *Zenodion Figueira*
Em, 3 / 12 / 96
[Signature]
Presidente



12



13

Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 611/96

RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA O
CLUBE DE MÃES MARIA BARROS E DÁ OU-
TRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTOR: Dep. PEDRO PASCOAL

RELATOR: Dep. ZENÓBIO TOSCANO

P A R E C E R

I - Relatório.

Chega para análise desta Comissão Técnica de Constituição, Justiça e Redação, Projeto de Lei nº 611/96, de autoria do nobre Deputado Pedro Pascoal, onde o mesmo reivindica o Reconhecimento de Utilidade Pública do "Clube de Mães Maria Barros", com sede e fôro na cidade de Juazeirinho, neste Estado.

É o Relatório.

II - Voto do Relator.

Ao analisar o Projeto de Lei em epígrafe, este Relator, ensejou os regimentais aspectos de constitucionalidade, juridicidade e legalidade, além da boa técnica legislativa apresentada.

Quanto ao aspecto formal do processo, o mesmo encontra-se munido de toda documentação exigida, a fim de que o presente feito possa prosperar.

Ex positis, verificando a oportuna e justa iniciativa do Parlamentar, além de cumpridos todos os preceitos legais, somos de parecer pela aprovação do presente Projeto de Lei nº 611/96, tal como se encontra redigido.

É o Voto.

Sala das Comissões, em 09 de dezembro de 1996.

RELATOR




Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

III - Parecer da Comissão.


A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, reunida em sua totalidade, não verificou nenhum óbice, nem de natureza legal, nem processual, a fim de obstaculizar a aprovação da referida matéria. Desta forma, somos pela aprovação do presente Projeto de Lei, acatando na íntegra o voto do Senhor Relator.


É o Parecer.

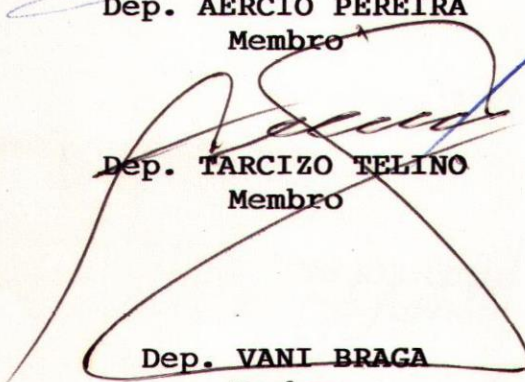
Sala das Comissões, em 09 de dezembro de 1996.

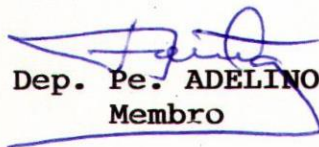

Dep. GERVÁSIO MAIA
Presidente



Dep. ANTÔNIO IVO
Membro


Dep. AÉRCIO PEREIRA
Membro


Dep. TARCIZO TELINO
Membro


Dep. VANI BRAGA
Membro


Dep. Pe. ADELINO
Membro


Dep. ZENÓBIO TOSCANO
Relator



ESTADO DA PARAÍBA

LEI N.º 6.410 , DE 23 DE DEZEMBRO DE 1996

Publicado Diário Oficial
DESTA DATA
Em, 24 / 12 / 96
GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR

Reconhece de Utilidade Pública o "Clube de Mães Maria Barros" e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA :

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica reconhecido de Utilidade Pública o "Clube de Mães Maria Barros", com sede e foro na cidade de Juazeirinho, neste Estado.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 23 de dezembro de 1996; 108º da Proclamação da República.



JOSÉ TARGINO MARANHÃO
GOVERNADOR